

A IMPORTÂNCIA DA MEDICINA FARMACÊUTICA

O tratamento farmacológico representou um importante marco evolutivo dentro do contexto da medicina. Nos últimos anos, por meio de estudo clínicos, a Medicina Baseada em Evidências tornou-se a base das condutas médicas, confirmando os dados estatísticos sobre a eficácia, tolerabilidade e segurança no tratamento medicamentoso das doenças.

Temos observado um rápido desenvolvimento do conhecimento científico e de novos fármacos. O desenvolvimento da biologia molecular e farmacogenética, assim como novos métodos de tratamento, estão sendo desenvolvidos em substituição às terapias tradicionais, permitindo supor que, talvez, no futuro cada paciente tenha seu tratamento personalizado. No entanto, esta terapia "a la carte" ainda não é uma realidade em curto prazo.

Cada vez mais a racionalização de recursos financeiros é prioritária. O processo de desenvolvimento de novos medicamentos é bastante complexo: dos 5 mil a 10 mil compostos selecionados, 250 entram para os testes pré-clínicos e somente um é aprovado. O tempo decorrido entre a síntese no laboratório e a sua comercialização é de 10 a 15 anos. Na busca pela adequação da prática clínica,

desenvolveu-se o conceito de farmacoeconomia para determinar o uso de terapias que justifiquem o custo final do tratamento com a melhor qualidade de vida. Para tal, são realizados estudos clínicos, sob o crivo de regulamentações com rigor científico impecável e avalizadas por Comitês de Ética. Não bastam somente os dados pré-clínicos que apoiem o registro de novas terapias; é também obrigatório o acompanhamento após a comercialização, denominado farmacovigilância, uma iniciativa das agências de vigilância sanitária.

O Brasil vem se inserindo neste cenário e se adequando a esta realidade desde a criação da lei nº 9.782, de 1999, que modernizou o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Outra iniciativa foi a elaboração da resolução nº 196, em 1996, que permitiu ao Conselho Nacional de Saúde do Brasil regulamentar a pesquisa clínica nacional e internacional por meio da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Até setembro de 2003, a CONEP registrou 360 Comitês de Ética em Pesquisa, totalizando 4.125 membros, 15 mil projetos e 600 mil sujeitos de pesquisa envolvidos anualmente.

Apesar da RAMB já possuir vários Conselhos Editoriais em áreas que contemplam muitos desses temas, cabe agora aprimorar e divulgar esse conhecimento de maneira mais direta, didática e formal. O novo Conselho Editorial da RAMB em Medicina Farmacêutica estabelece a prática clínica de uma área que inclui todos esses assuntos médicos. A Medicina Farmacêutica tem por área de atuação as atividades relacionadas à aplicação dos conhecimentos médicos, farmacêuticos e farmacológicos envolvidos na descoberta de novas moléculas, na pesquisa e desenvolvimento de sua aplicação clínica e, ainda, na avaliação, registro, monitoração médica e ética da comercialização final.

Este grupo é formado por pesquisadores, representantes de Comitês de Ética em Pesquisa, profissionais da saúde de escolas médicas e universidades, legisladores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde. O equilíbrio entre os membros deste conselho editorial garante a qualidade e credibilidade buscadas constantemente pela equipe da RAMB: a essência básica do desenvolvimento científico.